

## ESPECIARIA

Cadernos de Ciências Humanas,  
v. 21, ano 2024 | ISSN: 2675-5432

# Categorizações temporais e sentido: modos de descrever “o” tempo em estudos linguístico

## Eliuse Silva

Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, área de Linguística, com ênfase em semântica. Realiza pesquisas em: análise interpretativa, aspectos de textualidade, argumentatividade e mecanismos de sentido.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9816-0285>



Recebido em: 12/07/2024  
Aprovado em: 18/08/2024  
Publicado em: 17/10/2024

# Categorizações temporais e sentido: modos de descrever “o” tempo em estudos linguístico

Eliuse Silva<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo objetiva apresentar distintas concepções de ‘tempo’ no âmbito dos estudos linguísticos; sistematizar categorias a partir dessas concepções, tendo por critério os sentidos do e no texto; e, assim, desenvolver uma abordagem textual da temporalidade. Tem por tese central que, subjacente à terminologia ‘tempo’, encontram-se quatro categorias de diferentes naturezas e funções e que, por receberem o mesmo nome, são homônimas, sendo elas: tempo verbal morfológico, tempo aspectual, tempo da enunciação e tempo semântico-discursivo. A defesa que se faz é que o tempo seja pensado textualmente como mecanismo de sentido, visando à construção de uma abordagem discursivo-enunciativa da temporalidade. Para tal, em um estudo descritivo de natureza teórico-prática, recorre-se a autores como Benveniste (1989; 1995), Travaglia (1991), Guimarães (2005), Coan *et al.* (2006), Silva (2007), entre outros.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz, área de Linguística, com ênfase em semântica. Realiza pesquisas em: análise interpretativa, aspectos de textualidade, argumentatividade e mecanismos de sentido.

Possui graduação em Letras, mestrado em Linguística e doutorado em Letras: Linguagens e Representações (em curso). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9816-0285>

PALAVRAS CHAVES: Tempo; Categorias; Sentido; Texto; Abordagem discursivo-enunciativa.

## Abstract

This article aims to present distinct conceptions of ‘time’ within linguistic studies, systematize categories based on these conceptions, using the meanings within and of the text as criteria, and thereby develop a textual approach regarding temporality. The central thesis posits that underlying the term ‘time’ are four categories of different natures and functions which, as they share the same name, are homonymous. These categories are: ‘morphological verbal time’ or verbal tense, aspectual time, enunciative time, and semantic-discursive time. The argument is that time should be considered textually as a mechanism of meaning, aiming to construct a discursive-enunciative approach regarding temporality. To achieve this, a descriptive study of a theoretical-practical nature is conducted, drawing on authors such as Benveniste (1989; 1995), Travaglia (1991), Guimarães (2005), Coan *et al.* (2006), and Silva (2007), among others.

KEYWORDS: Time; Categories; Meaning; Text; Discursive-enunciative approach.

## Introdução

O tempo, essa “entidade” intangível e multifacetada, permeia nossa experiência humana e é tema de reflexões em diversas áreas (Filosofia, Física, Psicologia, Literatura, Linguística etc.), sendo bastante complexo defini-lo. Em dicionários on-line, encontramos acepções como: duração de fatos; maneira como os momentos são contabilizados (em horas, dias, semanas, séculos etc.); grandeza física considerada uma das dimensões

do universo (Enciclopédia Significados<sup>2</sup>); série ininterrupta e eterna de instantes; medida arbitrária da duração das coisas; época determinada; prazo etc. (Priberam da Língua Portuguesa<sup>3</sup>); sucessão de momentos em que se desenrolam os acontecimentos; período contínuo e indefinido no qual os eventos se sucedem; duração; época em que se vive etc. (Infopédia<sup>4</sup>).

Verticalizando o pensamento para a área de Linguística, diria que a complexidade em definir se mantém, por isso o uso de aspas no artigo definido (“o”) antes do termo ‘tempo’, no título deste artigo. Afinal, será que existe um único “tempo”? Ou seriam diferentes “tempos” nos estudos da linguagem, coexistindo como homônimos<sup>5</sup>, cada um com sua natureza e função? É acreditando em uma resposta afirmativa a esta segunda pergunta, que desafia a ideia de um “tempo” singular, que exploro aqui como os estudiosos têm abordado essa temática.

Com base em minhas observações, tenho notado que a mesma nomenclatura é aplicada a diferentes instâncias da linguagem, ou seja, a diferentes “coisas”. Uma possível explicação para isso, em meu entender, é que o papel da linguagem é gerar significações, promover sentidos, mas explicar como isso ocorre não é uma tarefa simples. Assim, na tentativa de elucidar os diversos fenômenos, aspectos e instâncias que contribuem para o processo de significação, os estudiosos por vezes utilizam o mesmo termo para se referir a coisas distintas.

Talvez isso ocorra porque, intuitivamente, percebam que tais coisas estão, de algum modo, interligadas. É o que parece acontecer quando se trata do conceito

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.significados.com.br/tempo>.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/tempo>.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/tempo>.

<sup>5</sup> Lembro brevemente que a homonímia está na lista das relações lexicais e diz respeito aos casos em que os termos (signos) se diferenciam em seu significado, mas se assemelham ou se igualam na forma, no significante.

de tempo, que recebe diferenciados olhares e interpretações, dependendo das premissas teóricas adotadas pelos estudiosos e dos recortes que esses fazem para analisar a linguagem. Penso que a posição teórica do pesquisador delimita o objeto ou fenômeno de estudo e, por conseguinte, influencia a percepção que tem sobre ele.

Com tal visão, objetivo discutir diferentes concepções de 'tempo' no campo de estudos linguísticos; sistematizar categorias temporais, tendo por critério basilar os sentidos do e no texto; e, por conseguinte, desenvolver uma abordagem textual da temporalidade. O que pretendo não é fazer um levantamento exaustivo do estado da arte, mas, a partir da revisitação de alguns autores, apresentar uma perspectiva que seja efetivamente circunscrita aos estudos da linguagem. Propoño isso, porque observo que por vezes se mesclam, inadvertidamente, concepções de 'tempo' no âmbito da linguagem com concepções de domínio de outras áreas, quando se fala, por exemplo, em tempo real, tempo do mundo etc.

O intuito deste debate é expandir a compreensão acerca de temporalidade no âmbito da linguagem e trazer mais clareza para essa área de conhecimento quanto à aplicação terminológica, tão cara ao fazer científico. Para isso, posiciono-me como semanticista do texto e realizo estudo descritivo teórico-prático, revisitando autores como Travaglia (1991; 1993), Benveniste (1989; 1995), Perini (1996), Fiorin (2005), Guimarães (2005; 2007), Coan *et al.* (2006), Silva (2007), entre outros. A partir desses, aponto a possibilidade de falarmos em quatro categorias 'tempo', sendo elas: tempo verbal morfológico, tempo aspectual, tempo da enunciação e tempo semântico-discursivo. Delimito o escopo dessas categorias, descrevendo suas características e, ao fazê-lo, as diferencio; para tal, trato as duas primeiras em seções separadas e as duas últimas em uma única seção, visto que em uma das abordagens que trarei são compreendidas de forma interdependente.

## 1 Tempo verbal morfológico

A primeira categoria que abordo é aquela “estrita” ao âmbito formal, específica dos paradigmas flexionais do verbo e que por isso pode ter a designação ‘tempo verbal morfológico’ (Perini, 1996). Essa terminologia contempla um conjunto de formas (flexões) que o verbo pode apresentar e que são organizadas em presente, pretérito perfeito, pretérito mais que perfeito, futuro do pretérito etc. – seguindo uma tradição gramatical greco-latina. Simplificadamente, diria que são estruturas que se agrupam de acordo com o paradigma e que recebem nomes relativos a tempo, porque de alguma forma fazem alusão a isso<sup>6</sup>.

A título de exemplificação, observemos os verbos do texto abaixo, em negrito, excluindo-se as formas nominais, porque não apresentam desinência temporal. (A partir de então, usarei colchetes para delimitar a linguagem/texto em análise):

[“Quando eu **tinha** 5 anos, em 1964, **acordei** com o Gasparzinho na beira da cama”, **disse** a médica paulista Mônica de Medeiros. [...] **Estávamos** num hotel em Cacupé [...], onde **acontecia** o Primeiro Fórum Mundial de Contatados. O evento **foi** organizado por Ademar Gevaerd, editor da revista UFO [...]. O ciclo de palestras, que **começou** em uma sexta-feira à noite e **terminou** no entardecer de domingo, **trouxe** conferencistas da Argentina [...].

No discurso de abertura, Gevaerd **lamentou** o fato de a ufologia nem sempre ser levada a sério, mas depois **comemorou** a liberação de documentos da Aeronáutica. Em seguida **começaram** as palestras, que se **sucederam** em ritmo de maratona. “**É** normal eles [alienígenas] **usarem** o imaginário infantil”, **diz** Mônica, no palco, para explicar a suposta aparição de Gasparzinho. Depois, durante um café, ela me **conta** mais. **Diz** ter feito contatos frequentes com um *gray*, o tipo mais famoso de ET [...].] (Lacerda, 2013).

---

<sup>6</sup> Cabe relembrarmos que a dita gramática tradicional não distingue com clareza o que diz respeito ao morfossintático e ao semântico, então os níveis linguísticos são “descritos” imprecisamente.

Nesse texto, encontramos, no modo indicativo, a forma do pretérito imperfeito [tinha, estávamos, acontecia], do pretérito perfeito [acordei, disse, foi, começou, terminou, trouxe, lamentou, comemorou, começaram, sucederam] e do presente [é, diz, conta]; e no modo subjuntivo, a forma do futuro [usarem]. Como já bem sabemos, essas desinências verbais marcadoras de tempo não são exclusivas dessa função temporal, porque também marcam o modo, sendo, pois, modo-temporais.

Alguém poderia questionar a real necessidade de demarcar essa categoria morfológica que estou reafirmando com respaldo em Perini (1996) e sugerir tratar simplesmente das expressões que demarcam tempo, sem delimitar categorias, como prefere Ilari (1997) ou seguir a linha de Travaglia (1991; 1993), que opta em fazer uma separação entre as formas, de um lado, e as categorias do verbo (tempo, modo, aspecto), de outro. Entretanto, insisto na necessidade de delimitação de categorias, para termos mais clareza de que são de naturezas e funções distintas – como demonstrarei na descrição das demais –; e porque pensar o tempo como categoria apenas verbal negligencia possibilidades que extrapolam o verbo – como também discutirei.

Apesar de estar sustentando a existência dessa categoria morfológica, caracterizando-a como formal, destaco que não estou negando que a forma também é um caminho de significações. Quanto a isso, reafirmo o que preconiza Benveniste (1995) sobre o movimento integrativo dos níveis linguísticos, em que cada subdivisão da linguagem é o que é, porque integra o nível seguinte e esse integrar quer dizer significar no nível seguinte. Ou seja, o fonema é o que é porque, para integrar o morfema, precisa lhe conferir sentido e porque lhe confere sentido pode ser compreendido como uma unidade linguística; o morfema por sua vez integra a palavra, que integra o sintagma, que integra a frase, cada um nessa mesma condição de significação. Assim, “o *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos

os níveis devem preencher para obter *status* linguístico” (Benveniste, 1995, p. 130 – grifos do autor).

Logo, somos levados a fazer uma separação entre forma e sentido apenas como uma maneira metodológica de lidar com a complexidade da linguagem, pois tudo em linguagem significa e não há como ser diferente. Sendo papel dela essencialmente significar, tudo que a envolve, todas as peças da engrenagem exercem esta função, por conseguinte, aquilo que tratamos como forma ou gramática da língua atua também para construir sentido, isto é, funciona para significar porque efetivamente significa.

Ressalto, porém, que essa atividade de significação acontece em última instância em nível textual-discursivo<sup>7</sup>. Diferentemente de Benveniste, que abordou até o nível da frase e não avançou até o texto, sustento que finalisticamente todos os níveis só funcionam na enunciação, são vivificados no dizer, onde os sentidos acontecem (Guimarães, 2005). Assim, essa divisão entre forma e sentido, ou entre gramática e discurso, não deve ser polarizadora, porque o gramatical é também discursivo. Assumindo as palavras de Travaglia (1993, p. 51), diria que:

O que é gramatical são as regularidades lingüísticas discursivamente determinadas no processo sócio histórico de constituição da língua e que constituem a convenção linguística que permite à língua funcionar nas situações de interação como pistas e instruções para a produção de determinados efeitos de sentido entre os interlocutores, o que representa o próprio funcionamento discursivo da língua, entendido este como a possibilidade de comunicação através de efeitos de sentido. Se pensarmos o discurso como se concretizando no texto e o texto como se constituindo lingüisticamente, fica difícil separar gramatical de discursivo, pois, na verdade, os dois são interdeterminantes.

---

<sup>7</sup> Não pretendo adentrar nas querelas das noções de texto e de discurso (outro debate “quente”). Para fins deste artigo, vou assumir o componente textual-discursivo como o lócus de manifestação do jogo de sentidos, como unidade de significação.



Ante tal compreensão, considero a existência de entrelaçamento entre o morfológico (formal) e o sentido, embora não estejam necessariamente em uma relação de um para um, visto que as flexões verbais não expressam de forma exclusiva o sentido temporal e vice-versa (Perini, 1996; Ilari, 1997; Coan *et al.*, 2006; Van Dijk apud Fiorin, 2005). Quer dizer, assim como um mesmo tempo morfológico pode expressar diferentes valores semânticos, um mesmo valor temporal pode ser expresso por formas diferentes; esse processo, conforme aqui debato, vai depender da enunciação. Exemplo disso encontramos no texto analisado, em seus enunciados [diz Mônica] e [diz ter feito...], nos quais a forma do verbo [diz] está no presente do indicativo, porém o sentido é de um evento passado e que poderia ser também codificado pela forma do pretérito perfeito [disse], embora implicasse outras questões enunciativas, que não cabem na presente discussão.

## 2 Tempo aspectual

Outra categoria que merece consideração é o ‘tempo aspectual’ ou simplesmente ‘aspecto’, cuja divergência é muito grande entre os autores quanto à sua caracterização, como também quanto às rotulações para seus valores. Porém, há um certo consenso quanto a defini-lo como um tempo que significa a dinâmica interna dos eventos, situações, processos, sem expressar sucessividade, sequencialidade, cronologia. As diversificadas maneiras de conceber a configuração temporal interna de uma situação podem ser codificadas não só pela morfologia verbal, mas também pela própria semântica do verbo, por modificadores adverbiais (Coan *et al.*, 2006) ou, do meu ponto de vista, pelo modo de argumentar, se considerarmos o nível textual-discursivo.

Em uma perspectiva pragmática, dita referencialista, parte-se da noção de dêixis para diferenciar as noções ‘aspecto’ e ‘tempo’ (semântico) – esse último discutido adiante. Dêixis significa apontar para um “externo”

à linguagem, para um referente identificável no mundo (Oliveira, 2001)<sup>8</sup>. Assim, enquanto tempo seria uma categoria dêitica, associada ao momento de fala do locutor e, portanto, ao externo, aspecto seria uma categoria não dêitica, porque não estabelece essa associação, visto que demarca o transcurso (interno) de realização de uma dada situação e, conforme a tendência teórica, também suas fases. Para ilustrar a diversidade do debate, comento duas linhas: uma que restringe a noção de aspecto ao traço duração (Costa, 2002) e outra que amplia a proposta, considerando também as fases do evento descrito (Travaglia, 2016).

Conforme Costa, a aspectualização é um processo de especialização da temporalização, configurando-se em um sistema que possibilita marcar o desdobramento da situação verbalizada, entre um ponto inicial e final, sendo seu traço definidor a duração. Desse entendimento, Costa opõe dois grandes grupos, o perfectivo e o imperfectivo: o primeiro compreende os casos em que a expressão linguística não expressa a durabilidade do evento, enquanto o segundo é a construção marcada, em que a duração é expressa. Como exemplo, tomemos o enunciado [“Quando eu **tinha** 5 anos, em 1964, **acordei** com o Gasparzinho na beira da cama”], no qual a construção [tinha 5 anos] aponta o transcurso do evento ‘ter 5 anos’, sendo imperfectiva, ao passo que [acordei] não se desdobra em um intervalo de tempo, sendo perfectiva. Consoante a autora, para que a construção demarque aspectualidade, é preciso que o valor semântico do verbo comporte o traço durabilidade.

Diferentemente de Costa, para Travaglia, a durabilidade não é um traço determinante do aspecto verbal, visto que esse estudioso considera tanto sua presença quanto sua ausência. Tendo duração, o autor confronta os traços contínuo e descontínuo, sendo esses limitado

---

<sup>8</sup> Essa noção de dêixis é problematizada por Cançado (2005).

ou ilimitado; das combinações desse conjunto de traços, têm-se os possíveis aspectos: durativo, indeterminado, iterativo e habitual; não tendo duração, o aspecto é pontual. No que tange às fases do evento, o autor assume que são três, com seus respectivos aspectos, sendo: de realização (não começado; começado ou não acabado; acabado); de desenvolvimento (inceptivo; cursivo; terminativo) e de completamento (perfectivo; imperfectivo); não havendo noções aspectuais, o autor considera aspecto não atualizado. Sem esmiuçar essa proposta e retomando o excerto analisado anteriormente, na perspectiva de Travaglia teríamos aspecto durativo cursivo em [tinha] e pontual em [acordei].

Como illustrei, os estudos sobre tempo aspectual variam muito. Em minha linha de pensar, tenho por foco o estudo do texto, com interesse na tarefa de interpretação, assim, compreendo aspecto como uma das instâncias de sentido que funciona na trama textual-discursiva. Para respaldar esse posicionamento, retomo três fragmentos de um texto de Diogo Mainardi (Revista Veja, ano 40, n.º 15, 18 abr. 2007) que analisei em outro artigo (Silva, 2007), porque o texto que estou analisando aqui não favorece a discussão que pretendo.

O primeiro excerto é [Outro dia a mulher de Franklin Martins me telefonou. Eram 10 da noite. Falamos por mais de uma hora]. Nele, identifico o argumento [por mais de uma hora] como a composição que permite uma leitura aspectual do evento ‘falar/conversar’, possibilitando assim interpretar que o telefonema se alongou por uma dada fração de tempo. O segundo recorte é [Repliquei que ela teria de se contentar em limpar as botas dos apadrinhados dos políticos enquanto seu marido fosse ministro], no qual o funcionamento de [enquanto] confere valor de durabilidade em um tempo delimitado ao evento ‘marido ser ministro’. Por fim, no terceiro recorte, [A popularidade de Lula impediu até hoje que ele fosse derrubado], temos o argumento [até hoje] significando uma continuidade da popularidade de Lula, continuidade essa que impediu sua queda.

Com essa brevíssima análise, sustento que o tempo aspectual é um fenômeno que, junto com tantos outros fenômenos de sentido, participa da malha discursiva de um texto, logo, não deve ser estudado como circunscrito ao verbo, nem compreendido como apenas uma categoria verbal e sim como uma categoria semântico-discursiva, como defendem Coan e outros (2006). Em síntese, minha proposta é não fazer uma restrição do aspecto à mera observância da forma (verbal, no caso), mas atentar para o funcionamento das expressões linguísticas e as significações que advêm desse funcionamento no texto.

### **3 Tempo da enunciação e Tempo semântico-discursivo**

Uma categoria de tempo pouco abordada nos estudos é o denominado tempo da enunciação, que, como o nome sugere, está inerente à concepção de enunciação. Tal concepção, como outras do âmbito dos estudos da linguagem, não é convergente entre os autores, por isso, visando atender ao propósito deste artigo, retomo apenas duas vertentes: uma de perspectiva pragmática e outra de perspectiva semântica. A primeira entende a enunciação como o evento de uso da linguagem, enquanto o ato de enunciar (Benveniste, 1989; Fiorin, 2005), já a segunda a define como acontecimento de linguagem, compreendendo acontecimento não como o ato empírico (Guimarães, 2005; 2007).

Para Benveniste (1989), a enunciação é o ato individual de colocar a língua em funcionamento ao utilizá-la. Essa é uma concepção que evoca o ato empírico de tomada da palavra e que tem centralidade em um locutor, compreendido como um sujeito também empírico, com o poder de instaurar a enunciação. Esse linguista descreve que “não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se *está*’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se *fala*’” (Benveniste, 1995, p. 289 – grifos do autor). Assim, ao se referir a um presente como

“o tempo em que se fala”, o autor alude a uma situação concreta em que o locutor enuncia e isso remete, de um certo modo, a um tempo físico (ou natural, real, crônico, cronológico, tempus etc. – a terminologia varia conforme os autores). Apesar disso, o autor faz uma distinção entre esse que estou chamando de tempo físico e o tempo que ele nomeia de linguístico, entendendo esse último como uma função do discurso, por estar ligado ao exercício da fala e cujo centro é o agora da instância da fala.

Tendo por respaldo Benveniste e propondo uma teoria discursiva da temporalização, Fiorin (2005) afirma que o tempo linguístico tem sua origem no discurso, pois esse, como ato de linguagem, tem o poder de instaurar um agora, que é a base das oposições temporais da língua. Esse agora, segundo Fiorin, atravessa o discurso, mantendo-se sempre presente, e isso faz com que enunciador e enunciatário partilhem do mesmo agora, faz com que o presente do primeiro seja também o do segundo. Assim, o tempo linguístico toma o momento da enunciação, que seria o presente implícito, como seu ponto de ordenação, sendo a partir desse momento que se dão as relações temporais entre os eventos narrados no texto. Com isso, Fiorin defende que o texto instala marcos temporais e que, em um modelo descritivo que relembra Reichenbach (1947 apud Fiorin, 2005)<sup>9</sup>, o sistema temporal se constitui de três momentos basilares, quais sejam: momento da enunciação (ME) – centro organizador –, momento da referência (MR) e momento do acontecimento (MA).

Para essa perspectiva, o tempo linguístico, além de se organizar em relação ao ME, agrega as noções de ordem (concomitância, anterioridade ou posterioridade), direção (retrospectiva e prospectiva) e duração – Por essa última noção, concluo que o tempo aspectual é tratado de forma “embutida” na temporalização e não como

---

<sup>9</sup> Fiorin (2005) se ancora em uma teoria da enunciação, enquanto Reichenbach (1947 apud Fiorin, 2005) em uma teoria lógica, esse é um ponto fundamental de diferenciação entre os autores.

um elemento em separado. Para melhor aclarar o debate de Fiorin, analiso mais uma vez fragmento do texto-objeto: [“Quando eu tinha 5 anos, em 1964, acordei com o Gasparzinho na beira da cama”, disse a médica paulista Mônica de Medeiros. [...] Estávamos num hotel em Cacupé [...], onde acontecia o Primeiro Fórum Mundial de Contatados.].

O sistema temporal desse texto está organizado a partir do eu-narrador principal, o jornalista, e do eu-entrevistada, Mônica de Medeiros. Tendo por centro o ME do jornalista, os tempos da fala de ambos, jornalista e entrevistada, vão em direção retrospectiva, já que tomam um marco temporal passado, significado na morfologia dos verbos [tinha, acordei, disse, estávamos, acontecia]. Fazendo um recorte à fala da entrevistada e pensando na ordem dos acontecimentos, identifico dois eventos, ‘ter 5 anos’ e ‘acordar’, os quais são anteriores ao ME de Mônica de Medeiros, ao seu agora. Porém, esses acontecimentos são simultâneos entre si, sendo que o ‘ter 5 anos’ é tomado como referência (MR) para a narração do acordar, o MA, considerando o ‘quando’ como sinalizador dessa referência. Ainda tomando esse recorte, desta vez para observar a aspectualidade, diria que o evento ‘ter 5 anos’ se desenrola no tempo, tem certa duração, diferentemente de ‘acordei’, que é pontual.

A temporalidade é, assim, pensada discursivamente em Fiorin, a partir de uma abordagem pragmática, em que a descrição do tempo linguístico é dependente do tempo da enunciação (do ato de enunciar), que de algum modo se relaciona com o tempo físico. Entretanto, seguindo uma abordagem semântica, mais especificamente a Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2005; 2007), é possível fazer o desvinculamento desses tempos – é o que venho propor. Consoante esse modelo teórico, ainda que enunciação seja definida a partir da relação estabelecida entre língua e sujeito, não estará associada a uma noção de tempo como sucessividade de eventos, nem como o instante do falar.

Na Semântica do Acontecimento, o centro gerador de todo o processo é a língua, ou melhor, o acontecimento de seu funcionamento; é esse acontecimento que produz sentido e que cria uma temporalidade própria. Porém, cabe esclarecer, o acontecimento não é um evento que se demarca em uma linha de um antes e de um depois, numa sucessão, embora seu tempo se configure por um memorável, uma futuridade e um presente. O memorável é aquilo que o acontecimento retoma como enunciações passadas, como recorte de memorações, as quais não são lembranças pessoais, individuais. Esse recorte estabelece as condições de significação do acontecimento, permitindo as possibilidades interpretativas, permitindo a projeção de sentidos, que seria a futuridade. Quanto ao presente do dizer, estabelece a comunhão entre passado (memorável) e futuro.

Trazendo como exemplificação uma breve análise do enunciado [“acordei com o Gasparzinho na beira da cama”], podemos dizer que esse presente enunciativo recorta o memorável (passado) de Gasparzinho como sendo um personagem cinematográfico, fantasma, que é camarada, que é amigo das crianças, em contraste ao também memorável de que fantasmas são assustadores. Há uma projeção de sentido (futuridade) de Gasparzinho significando simultaneamente o fantasma amigo das crianças e uma forma de um extraterrestre aparecer para uma criança que sabe quem é Gasparzinho, pois há um diálogo com o enunciado [“É normal eles usarem o imaginário infantil”], ou seja, cria-se o sentido de que os alienígenas se transfiguram numa forma física aceitável para a criança a quem aparecem.

Esclarecendo a noção de locutor para a Semântica do Acontecimento, diria que é só no acontecimento de linguagem que podemos “reconhecê-lo”, o que implica que ele não existe previamente, não é dado *a priori* ao acontecimento; não é um ser empírico psicológico detentor de poder para instaurar a enunciação, e sim um sujeito simbólico. O olhar aqui está voltado para o modo como se

diz, porque esse modo determina quem diz. Esse locutor assim é um sujeito que fala de um certo lugar enunciativo, de uma certa posição social.

Por exemplo, na construção [“Quando eu tinha 5 anos, em 1964, acordei com o Gasparzinho na beira da cama”, disse a médica paulista Mônica de Medeiros.], há dois enunciados, um que é a completude e outro que o integra, delimitado por aspas; como há também dois locutores, respectivos a cada um dos enunciados. Esses locutores não são simplesmente “pessoas no mundo”, que supostamente fizeram afirmações, e sim entidades simbólicas, lugares sócio-históricos. Considerando todo o recorte, está significada a presença de um locutor que fala de um lugar de autoria, que se coloca como responsável por esta enunciação, o qual chamarei de locutor jornalista. Esse locutor sustenta a fala de um outro, demarcada por aspas e significada como de um locutor que narra a própria história, que teve contato com um suposto fantasma e que tem o nome ‘Mônica de Medeiros’. Se considerarmos toda a enunciação, todo o texto, e não apenas esse recorte, esse locutor é ressignificado ainda como falando também do lugar social de médica, palestrante e de contactada por extraterrestres.

É a perspectiva temporal do locutor autor, no caso o jornalista, que delimita o tempo linguístico na enunciação; é daí que essa temporalidade se organiza, pois é a partir dessa perspectiva que o tempo ganha seus sentidos, independentemente de ser o tempo físico ou não, independentemente de ser o tempo de fala (empírica). Esse é o ponto nuclear para distinguir a descrição proposta por Fiorin, da descrição que ora faço. Ao invés de tomar o momento da enunciação (ME) como centro ordenador, tomo o que estou nomeando Tempo do Locutor (TL) – lembrando que é um sujeito simbólico, significado enunciativamente. Sustento aqui que é o TL que é o presente implícito, que é o agora que atravessa todo o dizer; que ancora a tecitura de sucessividade cronológica de estados de coisas ou eventos. O TL funciona, desse modo, como



marco temporal ‘zero’, a partir do qual relações enunciativas de simultaneidade, anterioridade ou posterioridade são significadas, instaurando, respectivamente, presente, passado e futuro cronológicos.

Para além desses tempos, o texto também pode estabelecer relações mais complexas, a partir de outros marcos temporais (Fiorin, 2005; Coan *et al.*, 2006), cujo ponto de referência não seja apenas o TL. Ou seja, além de uma rede temporal estruturada inicialmente a partir do TL, pode haver outras sobrepostas, estruturadas com base em outras referências temporais enunciativas. Assim, remodelando a teoria de Reichenbach (1947, apud Corôa, 2005; Fiorin, 2005; Coan *et al.*, 2006), descrevo o sistema temporal de uma dada enunciação como comportando três instantes, quais sejam: Tempo do Locutor (TL), Tempo de Referência (TR) e Tempo da Situação (TS). O primeiro, como já afirmei, constitui o presente, o tempo zero no dizer; o segundo é o momento tomado no próprio texto como parâmetro para relatar um outro fato textual, podendo coincidir com o TL; e, finalmente, o último é o momento da situação narrada, cujo sentido temporal é construído a partir do tempo do contexto de referência (TR), cabendo lembrar que é um tempo também que ganha sentido na e pela enunciação.

Voltemos ao recorte, para aplicar o que foi dito: [“Quando eu tinha 5 anos, em 1964, acordei com o Gasparzinho na beira da cama”, disse a médica paulista Mônica de Medeiros.]. Como já analisado, há um locutor responsável pela enunciação, o jornalista, cuja fala funciona como um agora latente, instaurando o presente e perpassando toda a enunciação como TL. É por seu dizer funcionar como presente, (TL), e simultaneamente como referência, (TR), que a fala atribuída pelo locutor jornalista à ‘médica paulista’ funciona como situação anterior, significando passado em relação ao dizer do jornalista. Dizendo de um outro modo, as situações descritas na fala da médica estão significadas como anteriores à fala do autor-jornalista e, portanto, configuram passado.

Entretanto, há também uma outra organização temporal sustentada pelo locutor Mônica, visto que, por estar neste lugar de locutor autor no enunciado demarcado por aspas, instaura-se um segundo marco zero (TL<sub>2</sub>), a partir do qual são inaugurados eventos passados. Detalhando, temos duas situações, ‘ter 5 anos’ e ‘acordar com o Gasparzinho na beira da cama’ (para simplificação, descreverei respectivamente como eventos *x* e *y*); *x* e *y* estão numa relação de anterioridade ao TL<sub>2</sub> (sentidos sustentados pelas palavras [quando, tinha, acordei]), funcionando como TS passado; o evento *y* tem por TR o evento *x*, sendo-lhe simultâneo, e mais: *x* já vinha ocorrendo (sentido sustentado por [quando] e por [tinha]) quando *y* se deu; *x* por sua vez tem por TR ‘o ano de 1964’, logo, o sentido projetado é de ambos, *x* e *y*, terem acontecido em 1964. É interessante também destacar que a expressão [em 1964] situa cronologicamente o evento ‘ter 5 anos’ numa sucessividade anual e permite fazer uma relação com o ano de publicação do texto, 2013, e até mesmo com o ano de publicação deste artigo.

Na enunciação em estudo, podemos reconhecer que o tempo morfológico dos verbos e o momento das situações (TS) estão em sincronia, estão no passado. A descrição acima nos permite identificar relações complexas que envolvem referências temporais significadas não apenas pelo verbo, como também pelo advérbio [quando] e pela expressão [em 1964]. Observo ainda que o TL se vincula subjacentemente a todos os tempos significados no dizer, pois o agora do locutor autor instaurado na e pela enunciação se perpetua na teia discursiva, ordenando o tecido temporal.

Por essa análise, abro um veio de reflexões acerca da categoria temporal que Fiorin (2005) nomeia de linguística, que, como visto, não se restringe à morfologia verbal – primeira categoria debatida acima. O tempo linguístico é também chamado de tempo semântico (Perini, 1996) ou meramente de tempo (Travaglia, 1991; 1993; Ilari, 1997; Coan *et al.*, 2006) e recorrentemente

é tratado como categoria verbal (Travaglia, 1991; 1993; Perini, 1996; Corôa, 2005; Coan *et al.*, 2006). Entretanto, reforço que cabe alargarmos nossa visão para compreender essa categoria não como específica do verbo, mas antes como do âmbito textual-discursivo, como propõe Fiorin; por isso, proponho que a nomeemos de tempo semântico-discursivo.

Para esse posicionamento, argumento que o funcionamento do verbo é constitutivo dos sentidos do texto, num movimento integrativo – como percorrido anteriormente –, visto que é desse seu funcionar no enunciado e desse no texto que o sentido temporal se constitui. Esclareço que esse sentido é transversal, isto é, não linear, decorrente de atravessamentos e relações enunciativas variadas – como descrito acima. Consideremos ainda que os sentidos das formas não estão “armazenados” na estrutura, pois as formas não significam em si; elas significam por seus históricos de enunciações (Guimarães, 2007), isto é, só significam no dizer. Logo, a categoria temporal em foco não pode ser restrita ao verbo, tomado isoladamente, porque só funciona discursivamente, no acontecimento enunciativo, participando da composição do tecido semântico-discursivo.

Acrescento que, ao invés de entender o tempo como uma categoria do verbo, que por sua vez é discursiva, como sinalizam Coan e outros (2006), defendo que primariamente é uma categoria discursivo-textual, porque só ganha significação enunciativamente, ainda que a forma linguística mais “forte”, mais recorrente, seja o verbo. E além de propor a extensão da noção, defendo sobretudo que essa é uma categoria de linguagem, que não deve ser confundida com o “tempo do mundo”, estudado por outras áreas. Com tal argumentação, quero destacar que o tempo semântico-discursivo se atualiza apenas na enunciação.

Considerando que a linguagem de alguma forma se relaciona com o mundo, compreendo que ela fala de algo, se reporta a algo sim, mas este reportar para um algo fora

dela – em um processo de referenciação – se dá nas relações estabelecidas em seu bojo, nas relações enunciativas (Guimarães, 2005; 2007), nas relações internas que ela instaura, isto é, no fio discursivo, conforme trata Fiorin (2005). Então, o que sustento é que a referência não é o elemento em si no mundo, mas como a linguagem faz significar esse elemento no/do mundo. Isso implica que o tempo do dizer NÃO é um espelho dos eventos do mundo e sim um construto de linguagem, uma instância de sentido constituída linguisticamente no e pelo acontecimento da enunciação. Não é, desse modo, o tempo “real” em si, mas um tempo semantizado, discursivizado.

## Conclusões

Buscando a sistematização de categorias temporais nos estudos linguísticos e o desenvolvimento de uma abordagem textual desse tema, apontei quatro categorias homônimas, quais sejam: tempo verbal morfológico, tempo aspectual, tempo da enunciação e tempo semântico-discursivo. Homônimas porque, sob o mesmo rótulo, há diferentes discussões acontecendo e diferentes elementos de linguagem sendo abordados.

Com exceção do tempo da enunciação, as demais noções eram tradicionalmente pensadas como uma categoria do verbo, sendo que apenas a primeira, do meu ponto de vista, é efetivamente vinculada a essa classe gramatical. Isso porque, considerando os estudos relativos ao texto e à enunciação, essa perspectiva pode ser alargada, para se chegar a um tratamento discursivo da temporalidade.

Seguindo a linha de uma semântica enunciativa, penso que a descrição não deve ter por foco como o linguístico reflete o mundo, como se fosse um espelho seu, e sim como o linguístico faz significar esse mundo, como lhe confere sentido. Compreendo que não se trata de “representar” ou “referendar” algo ou uma situação em si,

mas como uma realidade é significada a partir de um jogo de elementos que trabalham na construção de sentidos, no caso, como o tempo é significado.

Daí porque defendi que as discussões das noções de tempo devam ser direcionadas pelo aspecto discursivo e porque propus a nomeação de um tempo que é semântico, que é discursivo. Reafirmo que tais noções devam ser tratadas textualmente/discursivamente, para contemplarmos os vários níveis de sentido em uma perspectiva mais sistêmica, de imbricamentos, de interdependências e relações. O convite é para pensarmos as significações em seu funcionamento no acontecimento enunciativo.

## Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 4. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercício*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

COAN, Márluce et al. As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva. *Estudos linguísticos XXXV*, {S. I.}, p.1463-1472, 2006. Disponível em: <http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/523.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CORÔA, Maia Luiza Monteiro. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COSTA, Sônia Bastos. *O aspecto em português*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. *In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, M. C. (Orgs.). A palavra – forma e sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2007. p. 77-96.

ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto/EDUC, 1997.

LACERDA, Ricardo. Acho que vi um ET. *Revista Superinteressante*, [S. l], ed. 323, p. 41, set. 2013.

OLIVEIRA, R. P. de. *Semântica formal: uma breve introdução*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

SILVA, Eliuse. Noções de tempo e aspecto no discurso: perspectivas para uma prática de leitura na escola. *In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, XI, 2007, Rio de Janeiro*. Livro dos minicursos. Rio de Janeiro, 2007. p. 78-89.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. 1991. 264 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas/SP, 1991. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/travaglia/sistema/uploads/arquivos/tese-travaglia.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Tempo verbal: um problema gramatical ou discursivo. *Letras & Letras*, Uberlândia/MG, v. 9, n. 1, p. 51-57, 1993.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão. 5. ed. Uberlândia: EDUFU, 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/jm3g9/pdf/travaglia-9786558240143.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.